



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

2º QUADRIMESTRE/2008

Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4600
Saco Grande II - Florianópolis - SC
Fones: (48) 3215-1724/1770

E-mail: genoc@sefaz.sc.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Luiz Henrique da Silveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Sérgio Rodrigues Alves

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
Wanderlei Pereira das Neves

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL
Graziéla Luiza Meinheim

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS
RELATÓRIOS:

Andréa Terezinha Vitali – Contadora da Fazenda Estadual
Graziéla Luiza Meinheim – Contadora da Fazenda Estadual
Tatiana Borges – Contadora da Fazenda Estadual



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 1.765, de 19/09/2008.¹

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 574, de 30 de agosto de 2007, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, relativo ao segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2008**.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

¹ Publicado no Diário Oficial do Estado nº 18.451, de 22/09/2008.

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2008

RGF 6 ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.441.021	-
Pessoal Ativo	2.890.577	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.543.768	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	6.675	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	914.159	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.053	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	18.009	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	890.097	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III)=(I-II)	3.526.862	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.447.535	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP sobre a RCL (III/ IV) * 100		37,33
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		4.629.292
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		4.397.828

FONTE: Comparativo da Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga - Relatório SOF 652 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTAS:

I - Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer **espécies remuneratórias**. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados.

II - No mês de outubro de 2007 a Receita Corrente Líquida registrou um valor acima da média mensal, ocasionado pelo ingresso de receita decorrente da antecipação pela União de parcelas dos Títulos da Federalização do IPESC, no valor de R\$ 275 milhões. Este valor foi utilizado pelo IPESC para o pagamento de Pessoal Inativo nos meses de outubro a dezembro de 2007.

III - De acordo com o disposto no art. 19, inciso VI, da LRF as Aposentadorias e Pensões pagas com recursos diretamente arrecadados pelo RPPS não devem ser computadas no gasto com pessoal. Assim, se desconsiderarmos a receita com a antecipação dos Títulos e as despesas custeadas com estes recursos, o percentual da Despesa com Pessoal do Poder Executivo passaria para 45,57%.

Florianópolis, 19 de setembro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

SÉRGIO RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC/SC 15.874

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

CLÉVERSON SIEWERT
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 358.653-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2008

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	10.636.438	10.707.650	11.138.893	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	9.989.977	10.075.131	10.451.370	-
Dívida Contratual de PPP	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	9.989.977	10.075.131	10.451.370	-
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	280.078	214.221	238.769	-
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	-	-	-	-
Parcelamento de Dívidas	-	117.350	117.139	-
De Tributos ¹	-	109.928	109.726	-
De Contribuições Sociais	-	7.422	7.413	-
Previdenciárias ²	-	7.422	7.413	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Provisões de PPP	-	-	-	-
Outras Dívidas	366.383	300.949	331.616	-
Obrigações Legais e Tributárias	72.161	1.058	635	-
Entidades Credoras	142.943	163.504	154.989	-
Débitos juntos ao RPPS	36.281	53.247	55.368	-
Entidades Estaduais	39.722	65.095	56.607	-
Entidades Federais	66.940	45.162	43.014	-
Depósitos Judiciais	65.251	64.818	64.779	-
Demais Obrigações a Pagar	86.029	71.569	111.212	-
DEDUÇÕES (II)	2.958.622	3.587.115	3.871.978	-
Ativo Disponível	1.741.075	2.289.235	2.563.220	-
Haveres Financeiros	1.264.307	1.306.220	1.313.539	-
(-) Restos a Pagar Processados	46.760	8.340	4.782	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	8.779	74.887	73.413	-
Precatórios anteriores a 5.5.2000	8.779	74.887	73.413	-
Insuficiência Financeira	-	-	-	-
Outras Obrigações	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	7.677.817	7.120.535	7.266.915	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.498.348	8.971.884	9.447.535	
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	125,16	119,35	117,90	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	90,34	79,36	76,92	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL				18.895.070

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	26.789.033	26.787.746	26.793.572	-
Passivo Atuarial	26.661.863	26.661.863	26.661.863	-
Demais Dívidas	127.170	125.883	131.709	-
Obrigações Legais e Tributárias	3.894	3.835	3.790	-
Precatórios a Pagar a Partir de 5.5.2000	123.276	122.048	127.919	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2008

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ milhares

REGIME PREVIDENCIÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008			
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre	
DEDUÇÕES (V)	618.210	628.112	613.269	-	-
Ativo Disponível	10.277	9.412	8.574	-	-
Investimentos	72.712	88.682	67.569	-	-
Haveres Financeiros	547.557	539.197	546.304	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	12.336	9.179	9.179	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	26.170.823	26.159.634	26.180.303	-	-

FONTE: Demonstrativo Informativo das Contas - Relatório SCE 372 e Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza - Relatório SOF 684

Observação: Encontra-se contabilizado no sistema de compensação na conta 1.9.7.1.1.01, o valor de R\$ 2.074.738.644,58 relativo ao Risco Fiscal, decorrente de 239.855 títulos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina no exercício de 1996.

NOTAS:

Em abril de 2008 foram realizadas algumas reclassificações nas contas do Passível Exigível a Longo Prazo para melhor adequação ao Plano de Contas da União, padronização de lançamentos entre os órgãos e entidades estaduais e uma melhor evidenciação da Dívida Consolidada Estadual. Dessa forma, para que se tenha a mesma base para comparação entre o exercício anterior e este quadrimestre, promovemos algumas alterações na Coluna 3º Quadrimestre de 2007, especificamente nas contas que compõem as Outras Dívidas, exceto no caso dos parcelamentos de tributos e contribuições previdenciárias, os quais foram mantidos na linha Outras Dívidas no 3º quadrimestre de 2007 e no 1º Quadrimestre de 2008 foram apresentados na linha específica de Parcelamentos de Dívidas, em virtude dos dados referentes ao exercício de 2007 já terem sido alimentados e transmitidos via SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis

¹ Na coluna Saldo do Exercício Anterior os parcelamentos de tributos estão contidos na linha Obrigações Legais e Tributárias.

² Na coluna Saldo do Exercício Anterior os parcelamentos de contribuições previdenciárias estão contidos nas linhas Obrigações Legais e Tributárias e Entidades Federais (parcelamentos junto ao INSS) e Demais Obrigações a Pagar (parcelamentos junto ao RPPS/SC).

Florianópolis, 19 de setembro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

SÉRGIO RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

CLÉVERSON SIEWERT
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 358.653-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2008

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA (I)	8.003	8.084	6.949	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	8.003	8.084	6.949	-
CASAN	8.003	8.084	6.949	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNA (II)	91.483	90.213	87.496	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	91.483	90.213	87.496	-
CASAN	91.483	90.213	87.496	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	99.486	98.297	94.445	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.498.348	8.971.884	9.447.535	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	1,17	1,10	1,00	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	1.869.637	1.973.815	2.078.458	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS²				
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS ²	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

FONTE: Balancete Consolidado Geral - SCE 370
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTAS:

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

² As Operações de Créditos realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) E 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da Lei nº 101/2000 e da Resolução do Senado nº 43/2001, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

Florianópolis, 19 de setembro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

SÉRGIO RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

CLÉVERSON SIEWERT
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 358.653-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2008

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	
	Credor	Valor
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		18.311
Externas		18.311
Rodoviário - Resolução Senado nº 13/2002	BID	1.645
Microbacias - Resolução Senado nº 14/2002	BIRD	16.667
Internas		-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)		-
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (I + II)		18.311
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		9.447.535
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS SOBRE A RCL (I/RCL)		0,19
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL (II/RCL)		-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS 16 %		1.511.606
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA 7%		661.327

FONTE: Demonstrativo da Receita dos Órgãos - Relatório SCE 005

Florianópolis, 19 de setembro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

SÉRGIO RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA
MATRÍCULA Nº 365.795-7

CLÉVERSON SIEWERT
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 358.653-7

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2008

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	3.526.862	37,33
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	4.629.292	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	4.397.828	46,55

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	7.266.915	76,92
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.895.070	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	94.445	1,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.078.458	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	18.311	0,19
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	1.511.606	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	661.327	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	-	-

FONTE: Anexos do Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre 2008

Florianópolis, 19 de setembro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

SÉRGIO RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

CLÉVERSON SIEWERT
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 358.653-7